

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS LAGOA DO SINO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
ADMINISTRAÇÃO

LARISSA CRISTINA DE ALMEIDA FERNANDES

**EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANGATUBA – 2011 A 2017**

BURI (SP)

2019

LARISSA CRISTINA DE ALMEIDA FERNANDES

**EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANGATUBA – 2011 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração, com linha de formação em Sistemas Agroindustriais, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Lima Santos

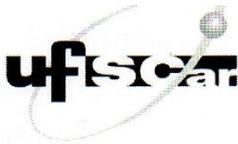
BURI (SP)

2019

FF363 Fernandes , Larissa Cristina de Almeida EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ANGATUBA – 2011 A 2017 / Larissa Cristina de Almeida Fernandes . - Rio de Janeiro, 2019. 35 f.

Orientador: Leandro de Lima Santos . Trabalho de conclusão de curso (graduação)
- Universidade Federal de São Carlos, Bacharel em Administração com linha de formação em sistemas agroindustriais, 2019.

1. Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos. 2. Agricultura familiar. 3. Políticas Públicas. I. Santos , Leandro de Lima , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências da Natureza
Campus Lagoa do Sino



**Bacharelado em Administração com linha de formação em
Sistemas Agroindustriais**

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, reuniu-se a banca examinadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso em **Administração com Linha de Formação em Sistemas Agroindustriais** de **Larissa Cristina de Almeida Fernandes**, intitulada: “**Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Município de Angatuba – 2011 A 2017**”. Compuseram a banca examinadora os professores **Leandro de Lima Santos (Orientador)**, **Ricardo Serra Borsatto (Avaliador 1)** e **Henrique Carmona Duval (Avaliador 2)**. Após a exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes da banca, que reuniram-se reservadamente e decidiram pela sua APROVAÇÃO, com a nota 8,5 à monografia. Para constar, redigi a presente Ata, que aprovada por todos os presentes, vai assinada por mim, orientador do TCC, e pelos demais membros da banca.

Prof. Dr. Leandro de Lima Santos (Orientador)

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto (Avaliador 1)

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval (Avaliador 2)

LISTA DE SIGLAS

CEASA	Centrais Estaduais de Abastecimento
COLANG	Cooperativa de Laticínios de Angatuba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
GGPAA	Grupo Gestor do PAA
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar
UFPA	Unidades Familiares de Produção Agrária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	2
2.1 Políticas Públicas.....	2
2.2 Mercados Instrucionais.....	4
2.2 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.....	5
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	8
3.1. Caracterização do município de estudo	9
3.2. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Município	13
3.3. Perfil dos agricultores e estabelecimentos familiares.	15
3.4. Percepção em relação a comercialização antes, durante e após o PAA.	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
Referências Bibliográficas	24
APÊNDICE	27

1. INTRODUÇÃO

Atualmente muito se tem discutido sobre a efetividade das políticas públicas no Brasil, estas políticas tem como intuito solucionar problemas ou dificuldades de interesse público. As políticas públicas voltadas a segurança alimentar ganharam mais espaço com a criação do Programa Fome Zero, criado em 2003. O programa foi respaldado por diversas políticas públicas incentivadoras de produção e consumo, com o intuito de garantir alimento para a população e a segurança alimentar no consumo desses alimentos. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) surgiu através da Lei Federal nº 10.696/2003, com o objetivo de incentivar tanto a agricultura familiar quanto à produção e comercialização de alimentos via criação de mercado institucional, proporcionando segurança alimentar ¹ aos produtores e aos receptores dos alimentos. Juntamente com a criação programa foi constatado que era preciso considerar a estruturação de mercados institucionais, mediante as ações das políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Sendo assim, os trâmites associados as políticas públicas passaram a fazer parte de um mercado específico, geralmente governamental, denominado mercado institucional, mercado esse, constituído por uma instituição que realiza compras por transação de preços sem objetivar o lucro.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2017), a agricultura familiar no Brasil representa 84% de todas as propriedades rurais no país, sendo um segmento relevante para a geração de emprego e renda. Portanto, é importante ponderar que os produtores rurais precisam ser consolidados no mercado, para se consigam com vistas ao aumento da renda familiar. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas a segurança alimentar podem ser incentivadoras através da criação de mercados para o escoamento dos produtos, fomentando não só a agricultura familiar, mas garantindo também a segurança alimentar para a população consumidora.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar as efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para a agricultura familiar

¹ Segurança alimentar possui amplo conceito desde sua criação, durante a Segunda Guerra Mundial, as questões relativas à segurança alimentar tornaram-se tão críticas, que ao fim do conflito em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO. A partir deste momento, a segurança alimentar passa a ser trabalhada como uma estratégia global, no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU – cuja Assembleia Geral, em 1948, proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu Artigo XXV reconhece a alimentação como um dos direitos humanos básicos. (PLATAFORMA DE BOAS PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, s/d)

no município escolhido para estudo, Angatuba/SP. Buscou-se principalmente compreender os efeitos da implementação da política pública para os agricultores durante o período de 2011 a 2017, intervalo em que esteve ativa no município, e por fim perceber os efeitos da suspensão de novos projetos de compra institucional via PAA para as famílias de produtores antes beneficiadas.

Para fundamentar o problema de pesquisa, a metodologia utilizada no presente trabalho teve como ferramenta norteadora a pesquisa bibliográfica e documental, ambas para compor revisão de literatura e amparar as apurações de dados secundários respectivamente. Especificamente, foram realizadas entrevistas junto aos produtores beneficiários do PAA, com a finalidade de obter dados mensuráveis ou não, organizados em questionário a fim de analisar a efetividade do PAA nessa região, e ainda compreender os efeitos da interrupção da política pública no cotidiano de produção e comercialização para os agricultores familiares.

Além desta introdução e as considerações finais, este trabalho está dividido em dois capítulos para fins de análise. O primeiro capítulo apresenta toda a fundamentação teórica, segmentados em seções, tratando sobre: políticas públicas, mercados institucionais, e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Já o segundo capítulo refere-se sobre a análise e discussão dos resultados e expõe seções sobre: a caracterização do município escolhido para estudo e posteriormente a análise dos dados coletados após realização da pesquisa de campo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

As políticas públicas são um conjunto de atuações governamentais idealizadas a fim de solucionar e reter algum tipo de problema público, entretanto a maior parte das vezes o operador de tais atos é o próprio governo. A formulação e a implementação de políticas públicas podem ser realizadas em diferentes âmbitos, através de atores públicos ou privados, e ainda com parcerias e ações conjuntas de ambos. Portanto, torna-se relevante elencar que as entidades do terceiro setor podem se assumir a função de tomadores de decisões referente a políticas públicas e em alguns acontecimentos até financiados com o dinheiro público. (SECCHI, 2013).

Segundo Souza (2006) as políticas públicas e sociais são setores interdisciplinares no ponto de vista teórico e sua finalidade está na explicação da sua natureza e seus métodos. Sendo assim, o conceito de políticas públicas em geral é fundamentado através da identificação da formação de posições em esferas sociológicas, políticas e econômicas. As políticas públicas provocam impactos pragmáticos na sociedade e na economia, deste modo é incontestável afirmar que seja qual for a teoria sobre políticas públicas é indispensável discorrer sobre interrelações entre o Estado, a política, a economia e a sociedade.

Para Grisa (2010), o estudo de políticas públicas é cercado de diferentes abordagens para compreender como estas são elaboradas e executadas, assim como assimilar quais fatores precisam serem levados em consideração para análise e quais agentes são pertinentes. Entretanto, a autora salienta que o retorno para essas questões são variantes em relação a ótica empregada pelo autor.

Contudo, os indivíduos comprometidos em processos sociais na concepção de políticas públicas são apresentados pela literatura das ciências políticas como atores, vocabulário oriundo das artes cênicas e que foi tomado para explicar as atuações de cada parte envolvida no processo de concepção de tais políticas. Desse modo, é possível compreender que a conduta dos atores é dinâmica, possibilitando atuação, interação, disponibilização de recursos e resolução de conflitos. (SECCHI, 2013).

Segundo Rezende (2014), a percepção dos impactos das políticas públicas é relevante para o planejamento e melhor utilização dos recursos, assim como o aperfeiçoamento de resultados, a evolução na qualidade de vida das pessoas e a promoção do desenvolvimento econômico e social. Isso ocorre, principalmente, quando se analisa os efeitos locais e regionais das políticas públicas, estudando a efetividade das políticas e suas evoluções e impactos através de suas execuções.

Para Modenese (2017), a década de 1990 foi marcada por um grande processo de reformulação na econômica brasileira onde os agricultores familiares, antes marginalizados, passaram a serem aceitos e alcançaram certa importância na discussão sobre políticas públicas brasileiras. Schneider, Mattei e Cazella (2004) apontam que até o início dos anos 90 não existia em conjuntura nacional políticas focadas para o segmento social da agricultura. Leite (2001) menciona que o surgimento dessas políticas públicas foram condutas estatais, diante das exigências e pressões dos movimentos sociais e

sindicais, sustentando a causa e passando a ter grande influência nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Segundo Santos (2014), a efetividade de um programa está diretamente relacionada a aptidão das ações governamentais com o objetivo de buscar melhorias para cenários sociais, contudo compreende-se que a efetividade de um programa é relativa à efetividade social ²que o mesmo apresenta. Portanto, uma política pública torna-se efetiva quando as ações pretendidas pelo governo ao implementá-las são atendidas e alcançam resultados em benefícios aos atores envolvidos.

2.2 Mercados Institucionais

Segundo Grisa (2009, p.5) mercados institucionais podem ser definidos como: “uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações”, deste modo o Estado tende a exibir papel principal ao exercer compras públicas. Ao eleger essa política pública como protagonista do abastecimento dos mercados institucionais nota-se uma estratégia em questões de desenvolvimento no âmbito territorial.

O Estado apesar de não interferir diretamente na economia demonstra grande influências nas atividades financeiras, visto que este pode ser usado como incentivador da economia ou não. Alguns métodos de intervenção do Estado são comuns, mas todos apresentam uma reação de causa e efeito evidente em todas as partes, essas táticas de aquecer a economia são variáveis, podendo ser desde incentivos fiscais, política fiscal e monetária até políticas de crédito. Entretanto, é significativo dizer que no Brasil essas intervenções são regulamentadas através do Instituto da Intervenção Federal, onde está legitimado nos artigos 173 e 174 da Constituição Federal (CF), e tem como finalidade garantir a todos uma existência digna de acordo com os princípios da justiça social, presente no artigo 170 da CF. Sendo assim, é possível afirmar que o Estado tem a concessão de agir como um regulador das atividades econômicas e portar-se como incentivo e fiscalização do mercado.

² Efetividade social: A efetividade social de um programa sugere a consolidação de resultados que beneficiem os atores em questão, por exemplo: um programa de geração de renda influencia geração de empregos, que, por sua vez, melhora a renda dos beneficiários. (SANTOS, 2014)

2.2 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2009) o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar foi criado pelo governo federal similarmemente aos outros programas, já citados no presente texto. Com o intuito de fortalecer a agricultura familiar, em 2003 o programa foi criado através do artigo 19 da lei nº 10.696 como parte das ações estruturantes do Programa Fome Zero. Desse modo, com o intuito de garantir acesso aos alimentos e proporcionar segurança alimentar para todos, o programa ainda contou ainda com o propósito de fortalecer a agricultura familiar através da aquisição governamental de alimentos. O projeto se baseou nos seguintes objetivos descritos no Art. 2º, apontado a seguir:

Art. 2º O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e tem as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012, p. 1).

De acordo com o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, os produtos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar podem ser fornecidos por agricultores familiares, extrativistas, pescadores, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, rurais e quilombolas, além de povos de comunidades organizados em cooperativas ou outras, desde que se possua DAP³ (Declaração de Aptidão ao PRONAF).

³ A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP é a porta de

Segundo Cruz et al (2014), o programa tende a combater a fome e a miséria das populações sob conjuntura de insegurança alimentar, assim como realizar a criação de estoques táticos por meio da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar sem a obrigação de licitações via mercados institucionais e em seguida o escoamento desses produtos para doação à instituições sociais.

Nesse contexto fica claro que o PAA promove o abastecimento alimentar através das compras governamentais e abastece os estoques públicos de alimentos, com produtos provenientes da agricultura familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012), o programa valorizou a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica dos alimentos, assim como estimulou o consumo de alimentos saudáveis, e garantiu ainda a consolidação das redes regionais de comercialização.

É importante ressaltar que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar foi desenvolvido em cinco modalidades diferentes, são elas: doação simultânea, compra direta, formação de estoques, compra institucional e PAA leite. Cada modalidade detém de uma especificidade diferente, as quais são orçadas e geridas por dois principais órgãos governamentais responsáveis, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Portanto, é possível identificar dois públicos beneficiários do programa, os fornecedores de alimentos, estabelecido como pequenos produtores e os consumidores dos alimentos.

Deste modo, os beneficiários fornecedores dos produtos podem participar do PAA de diferentes formas, tanto individualmente, quanto participando de cooperativas ou instituições legalizadas. Quando participantes individuais necessitam provar a qualificação da família como pertencentes a agricultura familiar, essa qualificação é corroborada através da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Quando os participantes já são pertencentes a cooperativas ou instituições legalizadas, estes precisam deter de documentos exigidos pelo Grupo Gestor do PAA ⁴(GGPAA). O principal

entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, s/d)

⁴ O regimento do PAA é definido por um Grupo Gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes ministérios: Ministério da Cidadania; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, s/d)

objetivo do GGPAA é de acompanhar toda a implementação do PAA, padronizando-se por suas resoluções. De acordo com o decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, o grupo gestor é encerrado por deliberar na esfera do PAA:

1. a forma de funcionamento das modalidades do Programa;
2. a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;
3. a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos;
4. as condições de doação dos produtos adquiridos;
5. as condições de formação de estoques públicos;
6. os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores;
7. as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares;
8. a forma de seu funcionamento, mediante a aprovação de regimento interno; e
9. outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (BRASIL, 2012, p.6)

Diante disso, é possível compreender as dimensões da importância dos órgãos regulamentadores do programa, desde a criação até a execução. Para efetivar sua execução ocorreu uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os quais seguiam as normas das modalidades de participação definidas pelo programa a fim de distinguir as especificidades correspondentes da agricultura familiar. Portanto, há diferentes modalidades com a abrangência de diferentes atores, com o propósito de ampliar a eficácia do programa.

Quadro 1: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar estruturada em suas seis modalidades.

Modalidade	Finalidade	Fonte de recurso	Unidades executoras	Forma de participação	Limites de participação por agricultura	Limite de participação por organização (cooperativas e associações)
Compra com Doação Simultânea	Compra de alimentos diversos e doação simultânea e entidades	MDS	Entes federados que aderiram ao programa CONAB	Individual Associação ou Cooperativa	R\$ 6.500,00 por ano R\$8.000,00 por ano	Não se aplica R\$2.000.000,00 por ano
Compra Direta	Compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços	MDA ou MDS	CONAB	Associação ou Cooperativa	R\$8.000,00 por ano	R\$500.000,00 por ano
Formação de Estoques	Apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras	MDA ou MDS	CONAB	Associação ou Cooperativa	R\$8.000,00 por ano	R\$150.000,00 por ano. Sendo a primeira operação limitada R\$300.000,00
Incentivo à produção de	Aquisição de leite de vaca ou cabra e destinação	MDS	Governos Estaduais do Nordeste e	Individual	R\$4.000,00 por semestre	Não se aplica

consumo do leite	diretamente a beneficiários ou entidades	do Estado de Minas Gerais				
Compra de sementes	Aquisição de sementes de culturas alimentares	MDS	CONAB	Associação ou Cooperativa	R\$16.000,00 por ano	R\$6.000.000,00 por ano
Compras Institucionais	Compra de produtos por diversas organizações públicas, por meio de chamada pública	Dotação própria dos órgãos compradores	Órgão comprador	Individual ou Cooperativa	R\$20.000,00 por ano por órgão comprador	R\$6.000.000,00 por ano, por órgão comprador

Fonte: Adaptado do GGPAA: Grupo Gestor do PAA; MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário; MDS: Ministério do Desenvolvimento Social; CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

O Quadro 1 demonstra as variações das modalidades, sistematizada por suas finalidades, fontes de recurso, unidades executoras, formas para participação, limites em reais para a participação por agricultora e por organizações. Modalidades estas criadas para o PAA com a finalidade de atender as carências dos agricultores familiares. É possível observar múltiplas opções de modalidades que ocorrem para que seja plausível atender as demandas de diferentes agricultores familiares. Deste modo, os agricultores dispõem de diversas maneiras para participação do programa.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Além de toda fundamentação teórica já apresentada foram ainda levantadas características gerais da cidade de Angatuba e dos produtores residentes deste município, ambos escolhidos para estudo de caso. A pesquisa foi fundamentada através de dados obtidos pelo IBGE e também pela Prefeitura do Município de Angatuba e posteriormente por meio do estudo de caso realizado com produtores rurais através de questionário, apresentado no Apêndice. O intuito de toda a pesquisa foi baseado em compreender os efeitos que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no município quando ativo e os resultados de sua extinção.

Esse questionário foi estruturado com perguntas abertas e fechadas para que fosse possível realizar uma análise do contexto atual vivido pelos produtores, antes beneficiários. Contudo, buscou-se compreender características da produção e comercialização antes e durante a participação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para que fosse possível entender os efeitos do Programa no cotidiano dessas famílias beneficiárias.

As entrevistas para a aplicação do questionário foram realizadas no período de setembro a outubro de 2019, com o objetivo de alcançar o maior número de produtores já participantes do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Foi possível realizar entrevistas com apenas onze produtores participantes do PAA diante de algumas dificuldades para os contactar. Durante as entrevistas optou-se, ainda, pela realização de um diário de campo para que fosse possível coletar relatos dos produtores sobre suas vivências e utilizá-los para a análise e discussão dos resultados desta pesquisa.

3.1. Caracterização do município de estudo

Segundo Seade (2016) no ano de 2014, Angatuba passou a pertencer a Região Administrativa de Itapeva, a qual foi criada através do Lei no 12.517, de 2 de janeiro de 2007 e regulamentada pelo Decreto no 60.135, de 10 de fevereiro de 2014. A RA conta com trinta e dois municípios, são eles: Angatuba, Apiaí, Arandu, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Iporanga, Itaberá, Itaí, Itaóca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Nova Campina, Paranapanema, Piraju, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Sarutaiá, Taguaí, Taquarituba, Taquarivaí e Tejupá (Figura 2).

Figura 1: Mapa com os municípios pertencentes a Região Administrativa de Itapeva/SP.



Fonte: Fundação SEADE (2016).

Os indicadores da Fundação SEADE (2016), demonstram ainda, que essa região dispõe de níveis de riqueza e longevidade abaixo das médias estaduais. Portanto, o propósito de criação da região administrativa é propriamente para que intercorra uma evolução significativa em níveis econômicos, educacionais, em saúde e desenvolvimento humano. Em decorrência, os municípios participantes e a região como um todo atraia índices de desenvolvimentos significativos.

O município de pesquisa selecionado para estudo está localizado no sudoeste paulista, na microrregião e mesorregião de Itapetininga. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Angatuba (2019), o município foi fundado em 1872 e seu desenvolvimento foi proveniente da plantação de algodão e a chegada dos trilhos da estrada de ferro de Sorocaba até Itapetininga, o que originou a criação de muitas fazendas na região e anos depois formou-se um município.

O território do município possui uma área de 1.027,288 km² (IBGE, 2018) esta área está dividida em zona rural e urbana, onde a maior parte do município é constituída de território rural e segundo o último censo realizado no município, a população urbana

detinha de 6.649 endereços, enquanto a rural de 3.706, (IBGE, 2010) o torna pertinente evidenciar que pouco mais da metade dessa população está situada na área rural.

A Produto Interno Bruto (PIB) do município nos últimos anos, ficou em média R\$725.000,00 por ano, levando em consideração a série histórica dos dados que podem ser melhor compreendidos no Quadro 2, onde se apresenta uma evolução do PIB desde o ano de 2011 até o ano de 2015 (ano do último censo realizado e disponibilizado pelo IBGE).

Quadro 2: Produto Interno Bruto (PIB) do município de Angatuba nos últimos seis anos.

Ano	Valor
2011	R\$ 684.045,00
2012	R\$ 624.707,00
2013	R\$ 669.149,00
2014	R\$ 776.332,00
2015	R\$ 871.229,00
2016	-
2017	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019). Organizado pelo autor.

Ainda tratando de estrutura econômica, um importante fator influente para a economia do município pode ser analisado através dos empregos formais que fomentam a renda municipal. No contexto do foco de estudo a relevância está nos empregos associados a agricultura, para que seja possível captar a dimensão que esse setor dispõe tanto em conjuntura de município, quanto em relação a Região Administrativa em que está inserido. No gráfico 1 fica evidente que Angatuba assume destaque quando comparado a sua região administrativa, a região do governo de Itapeva e até mesmo ao estado de São Paulo, em empregos oriundos da agricultura.

Gráfico 1: Relação de empregos formais da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, no total (em %), uma projeção de 1991 até 2017.



Fonte: Fundação SEADE, 2019.

É possível inferir ainda, que a agricultura em suas diferentes particularidades promove boa parte dos empregos neste município, já que ao passar dos anos as atividades provenientes da agricultura, mostram se destacar em relação sua Região Administrativa. Sendo assim, faz-se importante compreender a importância de políticas públicas de incentivo a agricultura para municípios como esse.

Segundo o MDS (2018), os principais produtos ofertados pela agricultura familiar são:

Abóbora	Castanha do Brasil	Iorgute	Pescado
Acelga	Cebola	Leite em pó	Picles
Açúcar demerara, cristal e mascavo	Chá	Leite fluído	Polpa de frutas
Alho	Chuchu	Linguiça	Polvilho
Amendoim	Coco	Maça	Queijo
Arroz branco e integral	Condimentos	Macarrão	Rapadura
Barra de cereal	Couve	Mandioca ou	Requeijão
Bebida láctea	Creme de leite	Macaxeira	Salame
Biscoitos	Doces de frutas	Melado ou melaço	Suco de fruta
Bolo	Doce de leite	Mel de abelha	Tempero verde
Café	Farinha de mandioca	Milho	Tomate
	Farinha de trigo	Molho	Verduras, hortaliças e legumes
Carne bovina	Feijão	Morango	
Carne de ave	Frutas	Ovos de galinha	

Carne de carneiro	Fubá de milho	Panificados	
Carne suína	Geléia de fruta	Pimenta do reino	
Castanha de caju	Goma de mandioca	Pimentão	

Nesse sentido diante dos produtos classificados como os principais entregues pela agricultura familiar, constatou-se que no município escolhido para estudo, cinco deles são presentes e produzidos em quantidade considerável (Quadro 3). São eles: café, feijão, mandioca, milho e tomate.

Quadro 3: Produtos provenientes da produção agrícola no ano de 2018.

Ano 2018	
Produto	Quantidade
Café	48 toneladas
Feijão	6.150 toneladas
Mandioca	450 toneladas
Milho	43.440 toneladas
Tomate	350 toneladas

Fonte: Adaptado do IBGE, 2019.

Desse modo, é possível identificar que agricultura familiar é presente no município de Angatuba, já que existem produções pertencentes, que se adequa aos tipos de produtos provenientes de produções familiares, compradas via mercado institucional pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

3.2. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no Município

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no município ganhou destaque perante a visão dos produtores da agricultura familiar com as facilidades de participação do programa, assim como o grande incentivo à essa classe que até antes da criação do Fome Zero era desassistida pelo governo. Desse modo, com o passar dos anos de sua implementação o programa adquiriu força e visibilidade, o que ocasionou a reincidência dos produtores em relação a participação no programa, e posteriormente a ampliação em número de agricultores participantes. Sendo assim, os anos de maior atuação do PAA em Angatuba foram: 2014, 2015 e 2016, tornando-se inativo e sem a realização de “chamadas públicas” para compras governamentais desde o ano de 2017 neste município, esses dados são amparados e projetados no Quadro 4.

Quadro 4: Número de beneficiários agricultores participantes do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar da Agricultura Familiar (PAA).

Ano	Quantidade	Número de reincidentes (considerar o ano anterior)
2011	8	-----
2012	24	8
2013	93	13
2014	166	88
2015	241	135
2016	178	169
2017	0	0

Fonte: Dados do Portal Transparência do PAA (2019). Organizado pelo autor.

Em busca de aumentar o poder de venda de seus produtos e a facilidade na realização dos trâmites por meio do PAA, os pequenos agricultores buscaram a Cooperativa de Laticínios de Angatuba (COLANG) como meio de auxiliar e suprir suas necessidades como produtores. A COLANG foi fundada em 2006 com o conjunto de 20 agricultores familiares que produziam leite e com o objetivo de facilitar a comercialização e agregar valor à sua produção. No ano de 2011 a cooperativa passou a participar do PAA em ação conjunta ao seu foco inicial, para que fosse possível aumentar a renda de seus cooperados.

Contudo, foi possível identificar que o PAA fomentou a inserção de produtores em comunidades cooperativas, no caso do local de estudo decorreu em grande quantidade de produtores tornando-se cooperados com o objetivo de facilitar os trâmites burocráticos exigidos, bem como atender as modalidades exigidas pelas diretrizes regulamentadoras do programa.

É possível observar no Quadro 5 uma grande evolução logo entre o primeiro, segundo e terceiro ano de repasse de verbas fomentando o PAA, entretanto em 2014 ocorre uma drástica diminuição, mas logo no ano seguinte o repasse chega a pouco mais de 1 milhão de reais para impulsionar a agricultura familiar do município de Angatuba. Posteriormente é plausível averiguar mais reduções, com o início dos problemas relacionados ao governo, até o Programa chegar ao fim, conforme pode-se perceber no Quadro 4. O programa foi fomentador da cooperativa durante todos seus anos de participação, mas com a inatividade do programa a cooperativa passou a enfrentar sérios problemas, fechando as portas no início de 2019.

Quadro 5: Recursos liberados nos últimos seis anos para o município de Angatuba (SP).

Ano base	Recursos (R\$)
2011	R\$ 33.084,00
2012	R\$ 101.520,00
2013	R\$ 520.800,00
2014	R\$ 148.800,00
2015	R\$ 1.824.000,00
2016	R\$ 800.000,00
2017	R\$ -

Fonte: Dados do Portal Transparência do PAA (2019). Organizado pelo autor.

Nesse sentido, é possível constatar a partir dos dados no Quadro 6, que os produtos comprados de produtores via mercado instrucional, foram destinados a entregas no próprio município em todos os seus anos de execução.

Quadro 6: Destino dos produtos ofertados pelos agricultores do município de Angatuba (SP) nos últimos seis anos.

Ano	Valor	
	Angatuba	Fora do Território
2011	100%	0%
2012	100%	0%
2013	100%	0%
2014	100%	0%
2015	100%	0%
2016	100%	0%
2017	-	-

Fonte: Dados do Portal Transparência do PAA (2019). Organizado pelo autor.

É importante ressaltar ainda, a importância dos produtos provenientes de agricultura familiar produzidas em Angatuba, serem destinados para consumo de famílias no próprio município. Sendo assim, todos os consumidores dispõem de acesso a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes para garantir a segurança alimentar dos beneficiários.

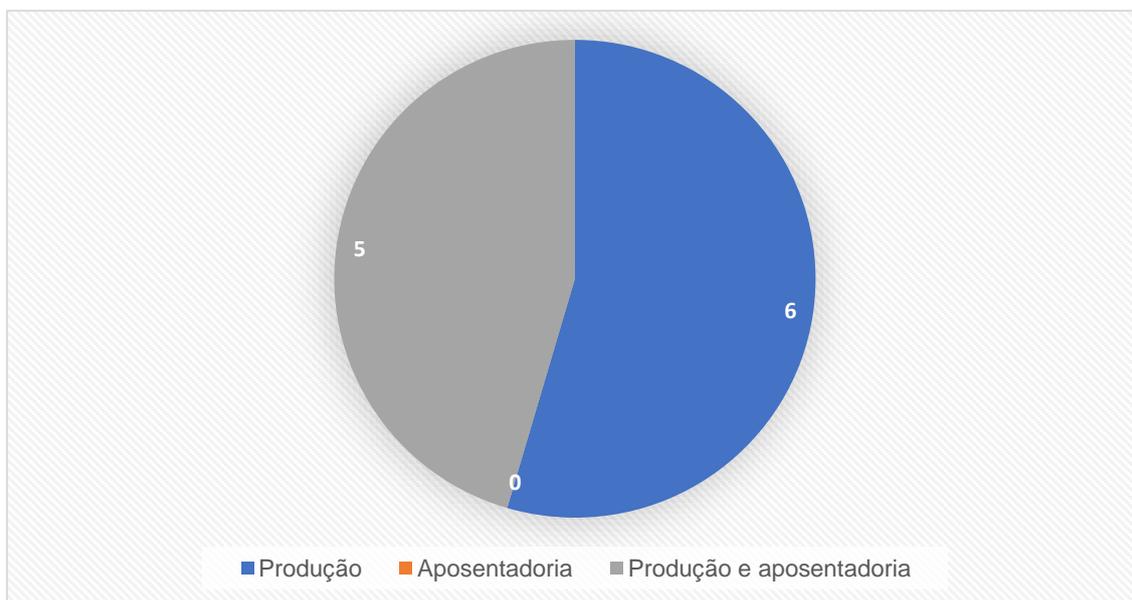
3.3. Perfil dos agricultores e estabelecimentos familiares.

Ao realizar as pesquisas de campo, foram obtidas algumas particularidades dos produtores, através de entrevistas com intuito de detectar o perfil dos antes beneficiários do PAA e ainda perceber a sua atual conjuntura de produção e comercialização.

Quando indagados sobre a origem de sua renda familiar, a maior parte dos produtores afirmou que a renda é proveniente dos resultados de suas produções

agropecuárias e em contexto geral todos os entrevistados se consideram dependentes de suas atividades nas propriedades rurais. Em resumo, 6 produtores mantêm-se somente com a renda de suas produções, enquanto 5 produtores dispõem do complemento de aposentadoria e nenhum produtor rural entrevistado provê somente de benefícios da aposentadoria (Gráfico 2).

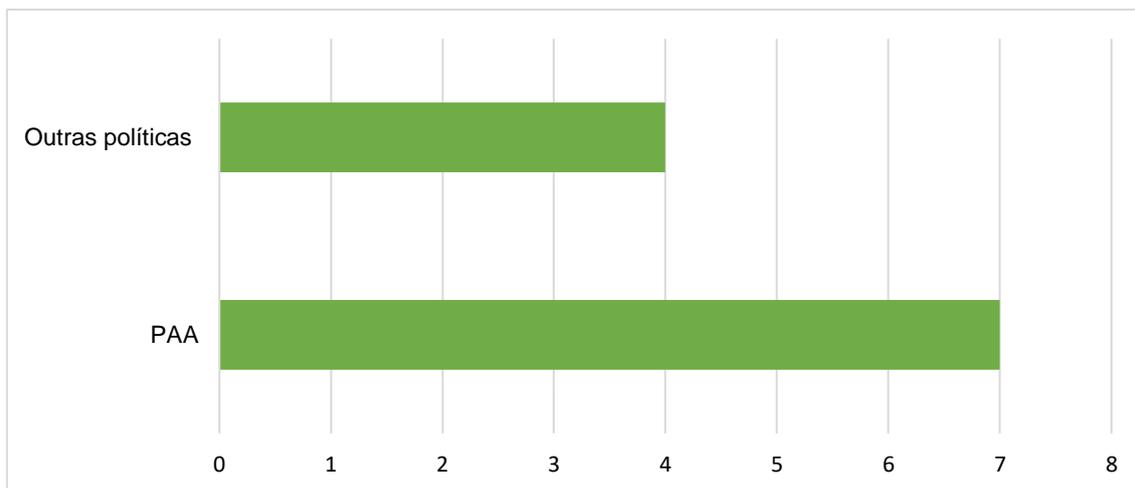
Gráfico 2: Fonte atual de renda dos produtores entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados em pesquisa de campo, 2019.

Contudo, pode-se fazer outra observação diante dos dados coletados, todos os entrevistados tiveram acesso à políticas públicas (Gráfico 3), mas é possível observar que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, atingiu maior quantidade de agricultores familiares em relação aos demais. Desse modo, foi possível averiguar que os produtores familiares (beneficiários) alcançaram a oportunidade de participar de políticas públicas de incentivo a suas produções.

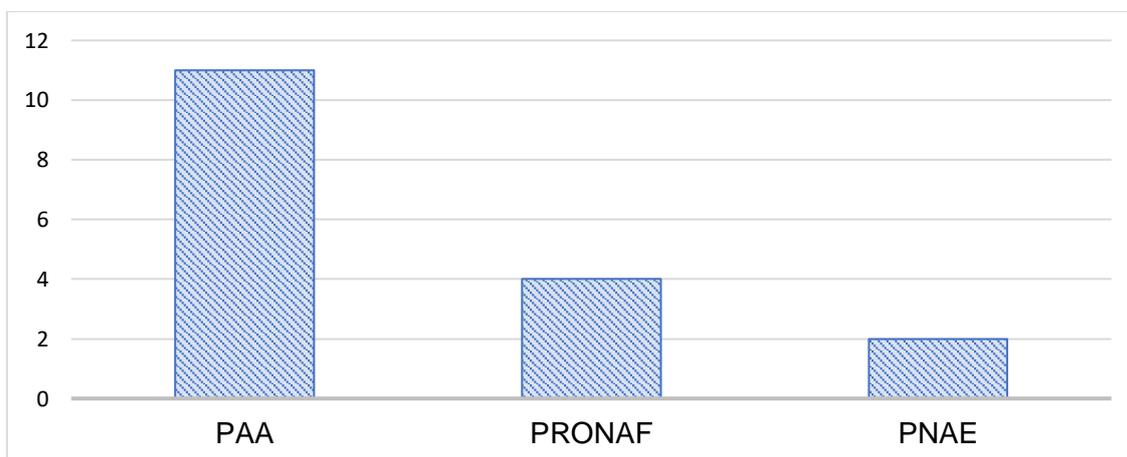
Gráfico 3: Produtores participantes de outras políticas públicas, além do PAA.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados em pesquisa de campo, 2019.

Na mesma perspectiva, foi possível identificar o acesso a outras políticas públicas para a agricultura familiar, entretanto o acesso ao PRONAF e PNAE apresentou menor adesão quando comparados ao PAA. Portanto o Gráfico 4, demonstra a participação dos produtores em políticas incentivadoras da produção e acesso aos alimentos. Quando indagados sobre as participações dessas políticas, apenas 4 disseram já participar do PRONAF e apenas 2 mencionaram participar do PNAE.

Gráfico 4: Participação dos produtores no município de Angatuba em outras políticas públicas.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados em pesquisa de campo, 2019

Diante disso foi possível detectar que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, foi o programa de incentivo de apoio à agricultura familiar com maior acesso pelos produtores de Angatuba em relação aos demais. Segundo relatos coletados em campo, isso se dá em decorrência dos recursos encontrados pelos produtores

ao acessar o programa, já que a cooperativa a qual participavam atuava como facilitadora em todos os mecanismos burocráticos.

3.4. Percepção em relação a comercialização antes, durante e após o PAA.

Com o intuito de realizar um diagnóstico dos efeitos para os produtores antes, durante e após o encerramento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, optou-se por realizar uma análise sobre como reduções de verbas para o PAA desencadearam obstáculos relacionados à produção e comercialização desses agricultores.

Gráfico 5: Canais de comercialização antes da participação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar



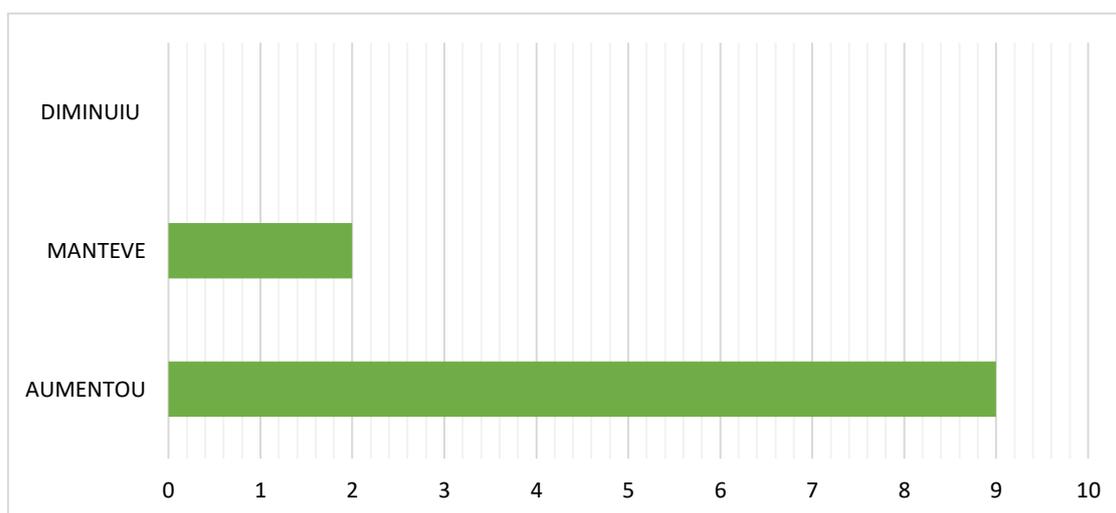
Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados obtidos em pesquisa de campo, 2019

Quando perguntados sobre seus canais de distribuição para o escoamento de seus produtos, antes da participação no PAA, 6 dos 11 entrevistados responderam que escoavam os produtos via “Centros Estaduais de Abastecimento (CEASA) e atravessadores, os outros 4 produtores relataram entregar os produtos somente para CEASA e apenas 1 produtor disse escoar via atravessadores (Gráfico 5).

Tendo em vista os relatos dos produtores, foi possível verificar que antes da participação no PAA sofria-se intensa variação no preço de venda dos produtos, assim como dificuldade para o escoamento da produção, levando em consideração os poucos ou únicos canais para a distribuição do produto (CEASA, atravessadores ou ambos). Vale dizer ainda, que se fazia necessário o plantio estático de culturas selecionadas a fim de reduzir o risco de perdas ou reduções da produção e consequentemente prejuízos financeiros.

Essa informação confirma Marioto (2013), que defende que após a inserção dos agricultores familiares ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, é possível ver nas propriedades um aumento relevante na diversificação da produção, salientando ainda que em áreas pequenas de produção agropecuária não ser algo inédito, mas é importante reconhecer o fato de que as ações governamentais proporcionam condições para que os agricultores legitimem e ampliem essa prática.

Gráfico 6: Situação do nível de produção dos agricultores durante a participação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados obtidos em pesquisa de campo, 2019.

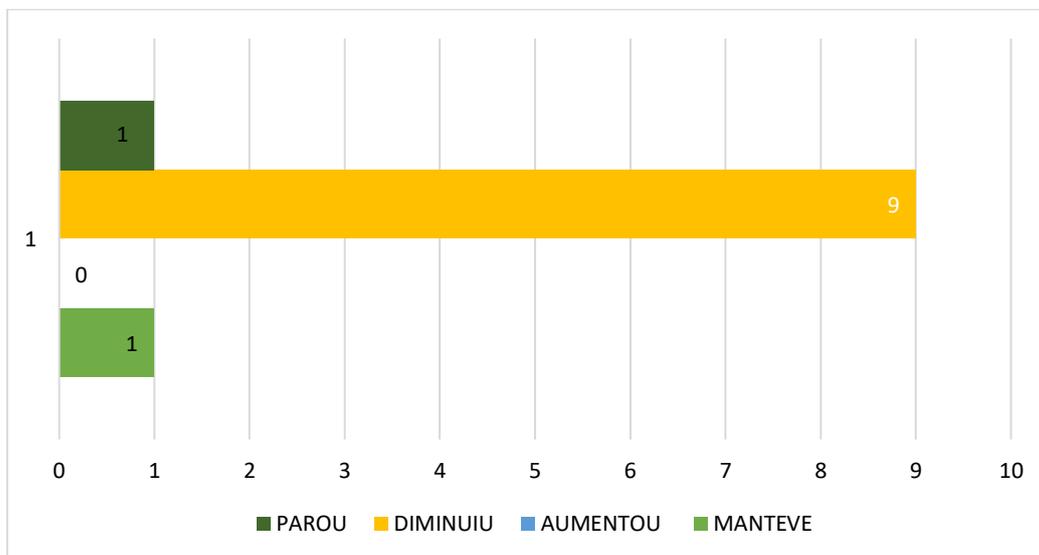
Quando perguntados sobre o nível de produção durante a participação no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, apenas 2 dos 11 entrevistados responderam que mantiveram o nível de produtos que produziam, enquanto os outros 9 disseram ter aumentado significativamente suas produções (Gráfico 6).

Com base nas constatações gerais e em percepções em campo, pode-se afirmar que no município de Angatuba com a chegada do programa, inúmeros produtores passaram a aventurar-se em plantios de novas culturas. Em conjunto a esses amparos, os produtores adquiriram estabilidade no preço, o que resultou em vários elementos favoráveis ao aumento produtivo.

Adverso a todos esses resultados positivos que PAA proporcionou aos agricultores, seu fim resultou em alguns impasses em produção e comercialização, com a suspensão das chamadas públicas para o PAA, sobretudo após a extinção Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nesse sentido, quando indagados sobre a influência

do encerramento da participação dos agricultores no programa, a perda em relação produção se deu de quase que de forma integral, pois dos 11 entrevistados, 9 diminuíram a produção, 1 manteve e 1 teve de parar com suas atividades (Gráfico 7).

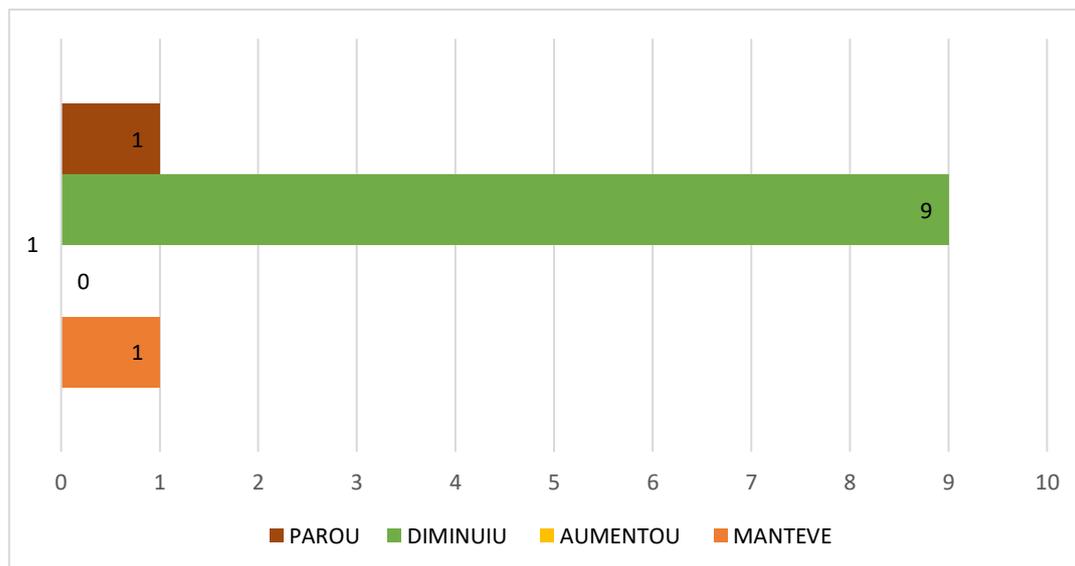
Gráfico 7: Situação do nível de produção dos agricultores com o fim da participação no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados obtidos em pesquisa de campo,2019.

Como se podia esperar, a mesma redução ocorreu com a comercialização dos produtos (Gráfico 8). Quando perguntados sobre a comercialização de seus produtos com o fim do PAA, 9 dos 11 entrevistados relataram que a comercialização de seus produtos diminuiu, 1 produtor respondeu que a comercialização permaneceu a mesma, e 1 produtor afirmou que sua comercialização parou juntamente com sua produção. Nesse sentido, alguns produtores afirmaram que com a diminuição da comercialização, parte da produção ainda realizada está sendo destinada para consumo da família, no entanto em menor quantidade, o que explicaria manter certas culturas produtivas sem comercialização.

Gráfico 8: Situação da comercialização dos produtos fornecidos pelos agricultores com o fim da participação no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados obtidos em pesquisa de campo, 2019

Ainda foi possível captar através das entrevistas realizadas junto aos produtores informações relevantes que demonstram a importância do programa na questão preço, já que sem o programa, produtores afirmaram variação em seus preços, o que tem gerado grande insegurança para o plantio por exemplo. Os canais de distribuição que estes produtores estão tendo de recorrer com o fim do PAA, são atravessadores e Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) e, segundo os agricultores, a instabilidade no preço de venda é diária. Outro fator altamente relevante é a logística o que acaba ocasionando muitas perdas durante todo o trajeto, o que gera ainda mais insegurança relacionada à existência de renda final.

Nessa discussão dos resultados obtidos, foi possível notar que durante seu período ativo, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no município de Angatuba reduziu o escoamento para outros mercados não locais e para atravessadores, entretanto com a finalização dos contratos pelo governo, o pequeno produtor voltou a ser dependente desses dois tipos de canais de comercialização. Mesmo assim todas as informações captadas através dessa pesquisa, proporcionaram um olhar sobre a importância das políticas públicas para a agricultura familiar na criação de mercados institucionais. É de fato muito importante impulsionar pequenos produtores e proporcionar segurança alimentar, a partir da criação de possibilidades de comercialização e consequentemente geração de renda para os agricultores beneficiários desse programa, sendo ainda garantia de estabilidade produtiva para o pequeno produtor, tão importante para fornecimento de alimentos no país.

A participação no PAA possibilitou que todos os produtores entrevistados se organizassem por meio da cooperativa, a qual buscaram como uma forma de reduzir os trâmites burocráticos, e o aumentar a visibilidade da agricultura familiar. Essa participação, segundo a maioria dos produtores, se deu como uma forma de buscar melhorias para as produções, e facilidade para escoamento de seus produtos.

Durante a participação dos produtores no Programa, constatou-se que a maioria relatou o aumento de produção significativo, não só dos produtos rotineiros, mas também se conquistou a oportunidade de investimento em novas culturas. Isso se deu decorrente a um canal de comercialização “fixo”, que segundo os próprios agricultores o PAA os proporcionava, ou seja, o programa oferecia a eles uma espécie de garantia de compra mensal de seus produtos. Diante disso, ocorreu uma grande redução do escoamento dos produtos para outros canais de comercialização, muitos dos produtores relataram.

Ficou evidente que, os produtores não conquistaram autonomia durante a participação do PAA, já que estes voltaram a passar pelas mesmas dificuldades sofridas anteriormente a participação no programa. De modo geral, ficou claro a importância do PAA para o estímulo nas produções e comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar, entretanto faz-se necessário compreender que, o Programa proporcionou um grande incentivo, mas não proporcionou seguridade aos seus beneficiários após seu término.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito principal da pesquisa foi analisar os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, para os agricultores familiares do município de Angatuba (SP). Para que isso se tornasse possível, foi realizado um levantamento em dados secundários e sobre o PAA, bem como a aplicação de questionário em forma de entrevista, junto aos agricultores que já foram beneficiários do Programa. Isto possibilitou traçar o perfil desses produtores e realizar uma análise do efeito do PAA em suas produções, comercializações e até mesmo em sua fonte de renda.

Foi possível identificar que o município de estudo tem grande parte de empregos provenientes da agricultura e durante a execução do PAA a cidade recebeu grandes incentivos através de recursos devido a compras institucionais de produtos dos pequenos produtores participantes do Programa.

Sobretudo foi possível identificar através das análises dos resultados apresentados, a importância e a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura

Familiar, para as famílias dos pequenos produtores no município de Angatuba em suas três dimensões: antes, durante e depois das participações no Programa.

Por meio da análise de percepção dos agricultores, foi constatado que a fonte de renda dos entrevistados é oriunda de suas produções, o que os tornam extremamente dependentes da comercialização de seus produtos. Contudo, foi possível perceber através dos relatos em entrevistas, que o PAA proporcionava segurança e estabilidade para esses produtores e que sua inatividade trouxe de volta a incerteza e fragilidade econômica.

Atualmente os produtores almejam a reativação do programa para que fosse proporcionado novo apoio à agricultura familiar pois estes se encontram tomados pelas incertezas e sofrem cotidianamente com os canais de comercialização os quais são marcados pelo domínio de intermediários e pela constante variação de preço.

Referências Bibliográficas

ANGATUBA. Prefeitura Municipal. **História do Município**. Disponível em: <<https://www.angatuba.sp.gov.br/cidade>>. Acesso em: 11 out 2019.

ANJOS, Flávio Sacco dos; BECKER, Cláudio. **Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: O Desenvolvimento como Liberdade**. REN, [S. l.], 2014. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_8_flavio_v2.pdf/8494f51c-d7d9-4493-a81a-79827cb16525. Acesso em: 10 abr. 2019.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº N° 12.517, de 2 de janeiro de 2007**. Projeto de lei nº 695, de 2001 do Deputado Campos Machado - PTB. [S. l.], [2012].

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL, Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA Disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm > Acesso em: 23 abril. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10660176/artigo-173-da-constituicao-federal-de-1988?ref=serp-featured>> Acesso em: nov 2019.

BRASIL. **Decreto nº 60.135, de 10 de fevereiro de 2014**. Regulamenta o art. 2 da Lei nº 12.517, de 2 de janeiro de 2007, que cria a Região Administrativa de Itapeva, e dá providências correlatas. [Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo]. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60135-10.02.2014.html>>. Acesso em 20 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. **Diário Oficial da União**. [República Federativa do Brasil]. Brasília. Julho de 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MDA). **O Impacto Da Agricultura Familiar na Economia Brasileira**. [Internet]. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/o-impacto-da-agricultura-familiar-na-economia-brasileira>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2014. 280 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Transparência Pública do PAA**. 2019. Disponível em: <<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar> > acessos em 28 out. 2019.

CRUZ, K. C. M. S. et al. **O acesso da agricultura familiar brasileira às políticas públicas: a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_09_15_16_03_05_artigo_evolucao_do_paa_2.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil municipal.** [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/#>>. Acesso em: nov. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Região Administrativa de Itapeva.** [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <<http://www.iprs.seade.gov.br/iprs2016/view/pdf/iprs/reg698.pdf>>. Acesso em: nov. 2019.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: uma análise a partir do enraizamento estrutural e político. In: **Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 47. 2009, Porto Alegre. Anais... Fortaleza, 2009.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 96-116, 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/angatuba/panorama>>. Acesso em: nov. 2019

LEITE, S. P. (Org.). **Políticas públicas e a agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

MARIOTO, A. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o desenvolvimento territorial: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista – SP e Paranaíba - PR.** 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89829>>. Acesso em: nov. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/dap>>. Acesso em: Nov 2019

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Catálogo de produtos ofertados pela Agricultura Familiar.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Simposio_PAA/SIMPOSIO_NACIONAL/Catalogo_Produtos_Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: nov 2019

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** Disponível em: <https://wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAA_historico_PT.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

MODENESE, VALÉRIA SILVA. **Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (paa) na produção, comercialização e renda dos agricultores**

familiares assentados de Mirandópolis (sp). Orientador: Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant'Ana. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em agronomia) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", [S. l.], 2017.

PLATAFORMA DE BOAS PRÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <<http://www.boaspraticas.org.br/index.php/pt/areas-tematicas/alimentacao/10-seguranca-alimentar>>. Acesso em Nov 2019

RESENDE, G. M. **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise dos seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SANTOS, Leandro de Lima. **Capital social e redes: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. 2014. 151 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, [S. l.], 2014.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 21-50.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 168 p.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

APÊNDICE

Questionário produtores

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CAMPUS LAGOA DO SINO

QUESTIONÁRIO

Pesquisa do perfil das Cooperados do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar da Agricultura Familiar - PAA

Nº do questionário

Nome do entrevistado: _____

Local/Data da entrevista: _____

PARTE I

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Qual é o seu ENDEREÇO?

Rua: _____ Nº _____
Bairro | _____ | CEP | _____ - _____
Telefone | _____ - _____ | Celular | _____ - _____

2. A sua casa é:

1() Própria, já paga 2() Própria, ainda pagando 5() Outra condição

3. Quantos cômodos têm na sua casa? _____

4. A água utilizada neste domicílio é proveniente de:

1() Rede geral de distribuição 2() Poço ou nascente 3() Caminhão Pipa
4() Outro

5. Existe banheiro/privada na sua casa?

1() Não 2() Sim (fora da casa) 3() Sim (dentro da casa)

6. Qual o destino dado ao lixo do domicílio? (poderá ser assinalada mais de uma opção)

1() Coletado pela prefeitura
2() Queimado ou enterrado na propriedade
3() Jogado em terreno baldio ou outro local próximo à casa
4() Jogado no córrego, rio, lago ou mar

7. Qual o tipo de esgoto sanitário que há na casa?

1() Rede coletora de esgoto 2() Fossa
3() Vala 4() Direto para o rio, lago ou mar

8. Você tem fornecimento de energia elétrica (luz) em casa?

1() Sim, relógio próprio 2() Relógio compartilhado 3() Sem relógio 4() Não tem energia elétrica
5() Outra

PARTE II
INFORMAÇÕES FONTE DE RENDA

1. Qual sua fonte de renda? _____

2. Recebe aposentadoria? _____

3. Se tem mais de uma renda, qual a principal _____

Mora na localidade há quanto tempo?	Anos: (ou) data:
Há quanto tempo é agricultor?	Anos: (ou) data:
Há quanto tempo trabalha na zona rural?	Anos: (ou) data:
Qual foi sua principal ocupação antes?	<input type="checkbox"/> empregado em fazenda <input type="checkbox"/> diarista <input type="checkbox"/> arrendatário <input type="checkbox"/> meeiro <input type="checkbox"/> agricultor proprietário <input type="checkbox"/> parceiro <input type="checkbox"/> nenhuma <input type="checkbox"/> outro. Qual? _____
Já teve outras ocupações a não ser o trabalho na zona rural anteriormente?	*Se sim, em que ramo era? <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/> Órgão Público <input type="checkbox"/> Construção civil <input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Outro Qual? _____
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

PARTE III
INFORMAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Participou de alguma política pública?

SIM	NÃO		PAA
			PRONAF
			PNAE

QUAL/ QUAIS:

Outra:

2. Teve acesso ao crédito?

** Se sim, qual o tipo:

Recurso	Liberado		Valor R\$
	Sim	Não	
PRONAF-A			
PRONAF-A/C1			
PRONAF-A/C 2			
PRONAF-A/C 3			
Outros			

3. Esse crédito foi suficiente para realizar o pretendido? Quanto em percentual?

	até 25%
	maior que 25% a menor que 50%
	maior que 50% a menor que 75%
	maior que 75% a 100%
	Nenhuma das anteriores

PARTE IV
INFORMAÇÕES SOBRE PAA

1. Quando ingressou no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar da Agricultura Familiar – PAA?

2. Quanto tempo participou do PAA?

3. Sobre o PAA (ingresso em cooperativas, preços: antes, durante e depois)

PARTE 1	
O PAA te incentivou a participar de cooperativas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Por quanto tempo foi cooperado?	
Ainda faz parte de alguma cooperativa?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Qual?	
PARTE 2	
Qual era seu preço de venda antes do PAA?	
Para onde escova seu produto?	
Você sofria muita variação no preço?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
De que forma?	
PARTE 3	
O PAA Influenciou em sua produção?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Durante o PAA a produção:	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Manteve <input type="checkbox"/> Diminuiu
Você vendia somente para o PAA?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Qual (is) outro (os)?	
Qual era seu preço de venda para o PAA?	
E para o outro canal de distribuição?	
PARTE 4	
COM O FIM DO PAA:	
PRODUÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO

<input type="checkbox"/> Manteve	<input type="checkbox"/> Aumentou	<input type="checkbox"/> Diminuiu	<input type="checkbox"/> Parou	<input type="checkbox"/> Manteve	<input type="checkbox"/> Aumentou	<input type="checkbox"/> Diminuiu	<input type="checkbox"/> Parou
O preço sofreu grande alteração?				<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Qual percentual? (aproximadamente)							
Qual é seu preço de venda atualmente?							